

OCUPAÇÕES POPULARES: UMA LUTA POR MORADIA EM VOLTA REDONDA (2000 - 2022)

POPULAR OCCUPATIONS: A STRUGGLE FOR HOUSING AT VOLTA REDONDA (2000 - 2022)

Beatriz Francisco Centro Universitário Geraldo Di Biase, Volta Redonda/RJ, Brasil.

Conceição De Souza e-mail 2019101144@academicougb.com.br

Larissa Cristina da Silva Centro Universitário Geraldo Di Biase, Volta Redonda/RJ, Brasil.

Cruz e-mail paulocelio@ugb.edu.br

Paulo Célio Soares Centro Universitário Geraldo Di Biase, Volta Redonda/RJ, Brasil.

e-mail: paulocelio@ugb.edu.br

Resumo Este artigo tem por finalidade retratar a luta por moradia na cidade de Volta Redonda analisando a história das ocupações Reflexo do Amanhã, Ocupação da Paz e 9 de novembro, no período compreendido entre os anos de 2000 a 2022. Essas ocupações se organizam na cidade desde o final dos anos de 1980, buscando uma garantia de moradia e qualidade de vida digna para seus moradores. Analisaremos essas ocupações que estão presentes em três bairros, localizados nas periferias da cidade, discutindo também a luta pela legalização das terras que residem e as dificuldades enfrentadas pelos moradores. Nosso objetivo é resgatar a história dessas ocupações e garantir maior visibilidade, valorizando a luta desses cidadãos por uma cidade para todos. Em nossa metodologia utilizaremos fontes primárias e secundárias, incluindo reportagens de jornais, entrevistas e obras que discutem esse tema.

Palavras-chave Ocupações; Luta Popular; Movimentos Sociais.

Abstract This article aims to portray the struggle for housing in the city of Volta Redonda by analyzing the history of the occupations Reflexo do Amanhã, Ocupação da Paz and 9 de Novembro, in the period between the years 2000 and 2022. These occupations have been organized in the city since at the end of the 1980s, seeking to guarantee housing and a decent quality of life for its residents. We will analyze these occupations that are present in three neighborhoods, located on the outskirts of the city, also discussing the fight for the legalization of the land they reside on. Our objective is to rescue the history of these occupations and ensure greater visibility, valuing the struggle of these citizens for a city for all. In our methodology we will use primary and secondary sources, including newspaper reports, interviews and works that discuss this topic.

Keywords Occupations; Popular Struggle; Social Movements



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Aprovado em 28/11/2023
Publicado em 31/12/2023

1 INTRODUÇÃO

Nos anos de 1940, o pequeno vilarejo de Santo Antônio de Volta Redonda passou por grandes mudanças com a instalação da CSN, Companhia Siderúrgica Nacional, empresa pioneira na industrialização brasileira. O vilarejo tornou-se uma vila operária, uma das primeiras do país a adotar o modelo de "Company Town", vivendo um grande fluxo migratório, e milhares de pessoas, provindas de várias regiões do país, principalmente de Minas Gerais, dirigiram-se para essa região em busca uma vida melhor.

Com a instalação de uma empresa no porte da CSN um problema surgiu na cidade, haja vista que com a vinda de milhares de pessoas, não haviam moradias para todos os novos moradores. Devido a esse incremento populacional, a vila operária acabou não comportando a demanda, pois as moradias previstas no Plano de Implantação da Vila Operária, atendiam apenas a uma pequena parcela dos operários da Usina, sobretudo seu alto escalão.

Como não havia moradias para todos, muitas famílias se direcionaram para as regiões periféricas, fazendo surgir ocupações, que mais tarde se tornaram alguns dos bairros mais populosos da cidade, carecendo de investimentos e condições adequadas de vida.

Nessa pesquisa analisaremos alguns núcleos de posse que existem atualmente na cidade, a ocupação Reflexo do Amanhã, a Ocupação da Paz e a Ocupação 9 de Novembro. Essas ocupações surgiram graças ao grande déficit habitacional existente na cidade desde a instalação da CSN, agravados na década de 1980 com o fim dos estágios de expansão da Companhia, e a partir de 1990, com a crise econômica vivida pelo país.

2 ORIGEM DAS TERRAS

A cidade de Volta Redonda, localizada na região sul do estado do Rio de Janeiro, é um dos mais importantes centros industriais do país, sede da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Essa cidade, antes da construção dessa empresa, era o pequeno vilarejo de Santo Antônio de Volta Redonda,

distrito do município de Barra Mansa, e com a instalação da CSN, tornou-se a primeira cidade industrial brasileira, marco da industrialização nacional.

A construção da CSN contou com financiamento dos Estados Unidos, negociado pelo então presidente Getúlio Vargas como uma contrapartida pelo apoio brasileiro aos Aliados na Segunda Guerra Mundial. Uma Comissão Executiva foi responsável por planejar e executar todo Plano Siderúrgico, incluindo também a construção da vila operária, que abrigaria os operários da nova Usina.

Todo o projeto de implantação da CSN foi cuidadosamente pensado e esquematizado, exigindo uma série de estudos e cálculos indispensáveis ao seu funcionamento. Foram planejados não somente a construção da planta industrial como também toda a infraestrutura necessária para a reprodução da mão de obra, com a construção da vila operária para acomodar o grande fluxo de pessoas, oriundos de vários lugares do Brasil atraídos pelo empreendimento. (LOPES, 2003, p. N-P).

O projeto da Vila Operária foi elaborado por Attilio Corrêa Lima, renomado urbanista. Santos (2020), afirma que esse projeto trouxe para Volta Redonda uma lógica recheada de preceitos racionalistas que imputavam ao território funções urbanas localizadas e bem definidas, como o espaço do habitar, do trabalhar, do recrear e da circular, caracterizando uma racionalidade no ordenamento viário, na especialização do espaço urbano e o domínio cotidiano impetrado pela empresa nas vidas de seus empregados.

A incumbência recebida por Attilio era projetar uma cidade moderna, com aproximadamente 4.000 habitações individuais, infra-estrutura adequada e equipamentos urbanos variados. O urbanismo, associado à arquitetura, deveria compor “a imagem de progresso a ser refletida para o país”. Atendendo “racionalmente” a este programa, o planejador adotou como idéias norteadoras de seu projeto, a economia nas construções e nos arruamentos e a utilização de amplos espaços livres comuns. Optou, também, por respeitar a topografia local – relevo de baixa altitude e vales – ocupando o terreno relativamente plano dos vales. (CALIFE, 2005, n.p)

Inspirado no modelo de cidade industrial de Tonny Gardier, Corrêa Lima estruturou a chamada “Cidade Nova” de Volta Redonda, seguindo a hierarquia da empresa: as casas com maior proximidade da usina, nos bairros Conforto e Rústico, eram ocupadas por funcionários do baixo escalão, operários que faziam parte direta da operação e manutenção; os bairros da Vila Santa Cecília, Bela Vista e Laranjal, mais afastados da Usina, e da poluição, eram para os funcionários de altos cargos. Essa região era dotada de equipamentos urbanos e infraestrutura garantida pela CSN, fazendo o espaço se organizar

segundo a estrutura de classes do lugar e a correlação de forças que entre elas se estabelecem (CARLOS, 1995).

Em contraposição a " Cidade Nova", existia a "Cidade Velha", região administrada pela prefeitura local – antes da emancipação a responsável por administrar a cidade era a Prefeitura de Barra Mansa - que engloba a região dos bairros do Retiro e Niterói, núcleo inicial da cidade.

Santo Antônio de Volta Redonda ficaria dividida em duas: à margem direita do rio, desenvolvia-se o núcleo urbano a partir da conjugação do Plano de Implantação da Usina – seria a "cidade nova"; à margem esquerda, a "cidade velha", separada da CSN e que não dispunha dos serviços da parte planejada. Os antigos habitantes não aproveitados pela CSN foram deslocadas para a parte "velha" ou para a periferia da cidade e os grandes proprietários da região ali se converteram em loteadores e especuladores de terrenos (MOREI, 1989, p. 64)

Com isso, pode-se observar que a cidade começa a ser moldada através de uma configuração de classes que era baseada diretamente nos moldes da usina. Baseada diretamente no modelo de *Company Town*; que em português significa "cidade companhia", isto é, uma vila ou cidade onde quase tudo, casas, escolas, hospital, supermercado, cinema, posto de gasolina e estabelecimentos comerciais, pertencem a uma única empresa. Na maioria das vezes essas *Company Towns* são caracterizadas pelo monopólio, pelo paternalismo, pelo isolamento e pela excelente qualidade de vida.

Com a instalação da *Company Town* volta-redondense, a CSN se dedicou a construir uma ideologia que unificasse seus funcionários em torno da ideia "família siderúrgica". Essa empresa utilizou-se dos seus equipamentos urbanos e benefícios concedidos a seus funcionários, como forma de promover seu controle e tutela sob a cidade, como forma de submeter a cidade a um projeto econômico, político, ideológico e estratégico de ordem nacional e com impactos locais (LIMA, 2014). A empresa tornou-se assim a "dona da cidade", após a emancipação em 17 de julho de 1954, tendo em suas mãos o controle total da "cidade nova", região administrada diretamente por ela até 1968. Implantou-se um modelo de dominação urbano, ligado a empresa, que geria a vida de seus trabalhadores fora da usina com um grande controle sobre eles.

O clima repousante, de tranqüilidade e acolhimento da cidade era utilizado como o contraponto do trabalho duro, do ritmo intenso e do ambiente opressor do trabalho na usina. Casa e trabalho, cidade e fábrica, formam-no discurso da empresa uma totalidade indissociável. (CALIFE; 2005)

Levado pela expansão territorial da cidade criaram-se dessa forma, dois mundos totalmente distintos no espaço urbano pois durante um longo tempo, administração foi dívida pelas margens do rio Paraíba do Sul. A Companhia tinha sua presença mais significativa na margem direita do rio, a "cidade

nova", enquanto a margem esquerda, a "cidade velha", era administrada pela Prefeitura de Volta Redonda.

A estrutura urbana da "cidade velha" era precária, a situação era totalmente diferente, a ordem urbana presente naquele espaço não contava com as ações urbanas da empresa, sendo ainda totalmente esquecida pela administração pública, carente de equipamentos urbanos adequados. Esta parte da cidade era responsável por abrigar a grande massa de trabalhadores que não era empregada diretamente nas atividades da CSN, mas compunham uma parte importante do comércio e do setor de serviços fora dos limites da "company town", atuando nas chamadas firmas empreiteiras, que executavam serviços no interior da Usina, com seus empregados tendo remuneração inferior em relação aos funcionários da CSN. (SANTOS, 2020).

A segregação espacial urbana esteve muito presente na cidade desde a instalação da CSN, que mesmo recebendo do governo, recursos para seus planos de expansão, destinava investimentos apenas para as áreas delimitadas pela empresa, a 'cidade nova', que receberam de fato o investimento necessário, essa segregação esteve presente também na Vila Operaria, facilmente identificada pelos padrões das residências construídas para seus funcionários, que variavam em função das diferentes localizações e públicos que se destinavam. O ritmo de crescimento das "duas cidades" que existiam em Volta Redonda, foi extremamente desigual: enquanto na margem direita o crescimento era exponencialmente positivo – mesmo com as diferenciações espaciais e sociais- a margem esquerda se viu à mercê desse processo, visto que seu crescimento demográfico, muito superior a 'cidade velha', ocorreu carente de condições e equipamentos urbanos adequados.

Esse processo foi uma consequência perversa da insuficiência da CSN em oferecer moradia e condições de vida adequadas para seus funcionários e aqueles trabalhadores que não conseguiam se manter em seu quadro efetivo. Os projetos habitacionais da empresa só abarcavam 30% de seus funcionários, e Calife (2005), afirma que o espaço urbano se fez dual, com ritmos diferentes e qualidades totalmente distintas encontradas. A “cidade velha”, a outra Volta Redonda, crescia sem cuidados com a ocupação, serviços públicos e em condições precárias de habitação.

3 A LUTA PELA TERRA NA CIDADE

A luta popular pela moradia e pela terra tem como objetivo democratizar o acesso a esses bens, garantindo aos cidadãos o direito a uma moradia digna, cumprindo o que juridicamente é garantido em nossa Constituição Federal, que afirma o seguinte:

“ Art. 2o A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; (s/d, n.p)”

Essa luta é encampada por expressivos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento do Trabalhadores Sem Teto (MTST), além do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), entidade que articula nacionalmente diversos movimentos populares, sociais, ONGs, associações de classe e instituições de pesquisa com a finalidade de lutar pelo direito à cidade, modificando o processo de segregação socioespacial para construir cidades verdadeiramente justas, inclusivas e democráticas.

O FNRU iniciou sua organização em 1987, no contexto da formulação de uma proposta popular de política urbana para a Assembleia Constituinte daquele ano, que promulgou a Constituição Brasileira de 1988. Sua coordenação nacional é formada por movimentos sociais e organizações cujo propósito é garantia do direito à moradia, como o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), União Nacional por Moradia Popular (União), Habitat para Humanidade Brasil, entre outros.

Não apenas nos nomes, mas na prática política, nos objetivos e nas ações empreendidas, a luta pelo direito à moradia aparece sempre em destaque nas manifestações públicas e protestos contra despejos ou nas articulações institucionais que incidem sobre legislações e defendem determinados projetos. Como resultado, se observa a incorporação de demandas em diferentes níveis e formatos, a despeito de se verificar, em outros casos, a ausência de reconhecimento, a negação de direitos ou a baixa prioridade com que tais reivindicações são tratadas. Vale ressaltar, aqui que, apesar de importantes, não são apenas as ações dos movimentos sociais que levam ao reconhecimento das necessidades habitacionais, especialmente das parcelas mais pobres da população. (Faria *et al.*, 2017, n.p)

Podemos pensar de duas formas distintas o direito à cidade, tendo como referência o pensamento de Henri Lefebvre e o Estatuto das Cidades. Lefebvre vivenciou os anos rebeldes de 1968, no qual movimentos, principalmente ligados a juventude, estavam engajadas na luta por direitos civis, liberação sexual, oposição ao conservadorismo, crítica a Guerra do Vietnã, entre outros. Ele sofreu influência e estava sensível às vozes e aos movimentos que irrompiam nas ruas, percebendo que as cidades haviam se convertido no locus de reprodução das relações capitalistas, mas também onde a resistência poderia constituir formas de superação criativa desse modelo.

Segundo **Lefebvre (ano)**, o direito à moradia aflora a partir da consciência social e se faz reconhecer de fato na indignação provocadas pelos casos dramáticos, no descontentamento engrenado pelas crises. E a urbanização que vem como um resultado desenfreado da industrialização com isso a propagação do capitalismo, mostra distribuição desigual de renda e terras.

A luta pela terra na cidade, pode ser vista através de seu crescimento significativo durante a industrialização, pois é visível que nesse processo em que houve a consolidação do espaço urbano, houve uma também um acirramento das lutas de classes. Discutindo essa questão, o Estatuto das Cidades se refere diretamente as políticas urbanas em âmbitos federais e compreendem como “o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (art. 2º, inciso I). Reforçando a importâncias dos Plano Diretores de cada cidade, que devem ser um dos instrumentos mais relevantes na efetivação do direito a cidade e de combate às desigualdades urbanas.

O art. 182 define que a política de desenvolvimento urbano – a ser executada pelo poder público municipal – tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, que é cumprido quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor. O art. 183 define instrumentos para promoção da regularização fundiária urbana; em especial, a possibilidade de usucapião especial de imóvel urbano. (AMANAJÁS, 2018)

Sendo o direito a cidade o principal responsável por ampliar o direito a terra urbana, ao saneamento, a infraestrutura, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer.

Art. 4º Para os fins desta Lei, serão utilizados, entre outros instrumentos:

I – planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

- II – planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;
- III – planejamento municipal, em especial:
 - a) plano diretor;
 - b) disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo;
 - c) zoneamento ambiental;
 - d) plano plurianual;
 - e) diretrizes orçamentárias e orçamento anual;
 - f) gestão orçamentária participativa;
 - g) planos, programas e projetos setoriais;
 - h) planos de desenvolvimento econômico e social; (LEI NO 10.257; , 2001, n.p)

O Plano Diretor, instrumento importante para a cidade, deve atuar para diminuir a desigualdade socioespacial, geradora de pessoas despejadas, levando as famílias a usar da estratégia legítima de ocupação da terra para morar (GUIMARÃES, 2015). Em Volta Redonda, temos um Plano Diretor Municipal que vai atuar diretamente na regulamentação das terras e na sua distribuição de forma ordenada e com prioridade social. Contudo ele não é colocado em prática, causando a má distribuição de terras e a inatividade de espaços habitáveis.

4 OCUPAÇÕES PRESENTES NA CIDADE

Com a instalação da "*Company Town*", nos anos de 1940 foi possível acompanhar o deslocamento de uma massa de migrantes para Volta Redonda. Em sua grande parte, eram trabalhadores rurais vindos da zona da Mata Mineira, outras regiões do interior de Minas Gerais e Espírito Santo, que chegavam na cidade com a promessa de emprego e moradia. Contudo devido à grande demanda, e não conseguindo atender a todos, a Usina optou por disponibilizar moradia somente para uma parcela de seus funcionários, geralmente aqueles que possuem um cargo hierárquico importante, deixando de lado parte de seus funcionários e de empresas empreiteiras.

A consequência evidente desse processo foi um grande déficit habitacional. A falta de moradias

cedidas pela empresa, provocou uma onda de ocupações nas áreas periféricas da vila operária. A primeira delas foi localizada no morro São Carlos, bairro próximo ao Conforto, bairro planejado pela CSN para atender aos operários de baixo escalão, os "peões".

Essa problemática foi tomando proporções cada vez maiores, pois a cada dia mais regiões era precariamente ocupada e novos núcleos de posse foram surgindo na cidade. Nos anos de 1970, esse problema se agudizou, com o fim dos estágios de expansão da CSN, que deixaram milhares de desempregados na cidade, tonando-se ainda mais severo nas décadas posteriores. Com o foco nas mobilizações por terra que tem uma retomada a partir dos anos 2000 na cidade, visando a questão da falta de moradia, não conseguimos contrastar uma atuação expressiva do Poder Público Municipal.

Mapeamos três ocupações (Ocupação 9 de novembro, a Ocupação da Paz e Ocupação Reflexo do Amanhã) que refletem a problemática estudada neste artigo, a falta de moradia e que vão agir ativamente dentro dos movimentos principais da cidade. Em pesquisa de campo, observa-se os principais sujeitos que são os residentes - poderíamos até chamá-los de ocupantes - que paralelamente a luta diária de regulamentação das terras, trabalham de forma formal e informal, para se sustentarem e terem forças para do dia a dia. Nos próximos capítulos traremos os relatos individuais e coletivos desses ocupantes, que foram registrados em gravações e fotografias, para melhora veracidade de informações.

5 OCUPAÇÃO DA PAZ

A ocupação da Paz nasceu em meados de fevereiro de 2021, em uma chácara abandonada, localizada na Rua Mangueira, próximo ao Bairro Padre Josimo (Divineia) em Volta Redonda. Segundo Vera Lucia Eusebio¹, conhecida como *Tia Vera*, uma das líderes da comunidade, logo no início da ocupação, eles foram reprimidos pela Guarda Municipal, que chegou colocando fogo nas barracas e despejando todos os moradores sem qualquer liminar ou documento de despejo

O movimento após esse episódio acabou se desarticulando, e eles saíram em busca de um novo endereço para se fixarem. Encontraram um terreno no bairro Santa Rosa, contudo, com a notícia da ocupação, diversas pessoas se dirigiram ao local, querendo participar da ocupação. Segundo Vera Lúcia, cerca de 2 mil pessoas tentaram se inserir na ocupação.

¹ A entrevista com a senhora Vera Lúcia Eusébio foi realizada no dia 20/11/2022.

Um terreno baldio, conhecido como "lixão", local de descarte de escoria da CSN, que contaminou o solo, impossibilitando o plantio naquela localidade, virou o próximo destino dos moradores da ocupação. Eles se fixaram nesse local em março de 2021. Em relato, Tia Vera discorre que durante esse período, o local era muito perigoso e servia para "desova" de corpos. Tão logo eles iniciaram a ocupação, começando com a limpeza do local e logo receberam o apoio dos moradores do entorno, pois segundo eles, a ocupação reduzia os riscos de violência na localidade.

Esse terreno, até então pertencente a Empresa Tupi, foi utilizado por alguns meses, até a MAPE, empresa que alegava ser subsidiária da Tupi, apresentar uma liminar de despejo, em maio de 2021. Com esse segundo despejo, os posseiros decidiram ocupar a Praça Savio Gama, em frente à Prefeitura de Volta Redonda, permanecendo por quase 3 meses. Nesse período ocorreu uma dissidência na Ocupação, originando um novo núcleo, o movimento Reflexo do Amanhã. Depois desse episódio, em agosto de 2021, a Ocupação da Paz retornou para o bairro Santa Rosa, permanecendo nesse local até os dias atuais.

A atual Ocupação, está localizada próximo de uma construção embargada de um condomínio particular, as obras foram paralisadas devido ao perigo de deslizamento das encostas. Em relato durante a entrevista, Vera nos mostrou um mapa que delimita o terreno e uma placa comprovando o pertencimento do mesmo a prefeitura de Volta Redonda. Esse terreno foi cedido a mesma para a construção de uma estação de saneamento (está localizada nos limites da ocupação), com isso o Movimento acabou ocupando um local pertencente ao Poder Público, se enquadrando no pré-requisito para a cessão de uso de terra, pois segundo a Lei Orgânica Municipal (art. 200º, inciso 2) as terras do município têm o seu uso concedido em casos de relevância social. Nesse viés mencionado, o movimento tenta se manter no local pela lei da cidade, em contrapartida o Governo Municipal diz desconhecer tais terras e já tentou retirar esses ocupantes que independente de qualquer coisa ainda permanece lá.

A Ocupação da Paz é bem-organizada. Ela possui um cadastro na Defensoria Pública, com 70 pessoas listadas, em sua maioria crianças, idosos e mulheres. Cada família tem o seu barraco, uma habitação de madeira construída por eles mesmos. E cada habitação, mesmo com as dificuldades de abastecimento de água e luz, possui cozinha, banheiro e energia elétrica individuais.

Hoje essas pessoas vivem em comunidade, e todos se ajudam, as crianças em idade escolar, estão todas matriculadas na escola perto da ocupação, e todos os moradores estão cadastrados na UBS do bairro mais próximo. A liderança tem esse cuidado para que eles vivam mais confortavelmente. No dia em que realizamos as entrevistas, assistimos há recepção doações (roupas, calçados e materiais para construção etc.), e como existe a divisão entre os membros, respeitando a necessidade de cada família.

A grande demanda do movimento atualmente é a luta pela regularização da terra, pois a cerca de 1 ano, essas pessoas estão tentando conquistar o seu pedaço de moradia, e ainda sofrem com o medo

de serem expulsos até o fim do ano, haja vista que no último dia 31 de outubro de 2022, acabou o prazo da lei que impedia o despejo dos ocupantes durante o período pandêmico, trazendo a eles o medo diário de sofrerem a repressão policial novamente e serem expulsos de uma terra que garante a eles, a sobrevivência.

6 OCUPAÇÃO REFLEXO DO AMANHÃ

A Ocupação Reflexo do Amanhã surgiu como uma dissidência da Ocupação da Paz, originada em junho de 2021, ela conta com 37 pessoas e possui uma coordenação composta pela Bianca Custódio de Carvalho e pelo Maicon Quintanilha Diniz², que participa também da direção do projeto Luta Popular. Ela se localiza no bairro Padre Josimo, próximo do ponto final do ônibus Circular Padre Josimo. Até então, esse local era apenas um lote abandonado localizado nos fundos da casa de Bianca.

Na coordenação as funções são bem distribuídas: Bianca responde pelas funções administrativas, e Maicon, que não mora na ocupação, é o responsável pelo setor jurídico. Segundo os coordenadores², inicialmente, o terreno da Ocupação era utilizado como local de 'desova' de corpos, tornando-se um ambiente perigoso para a vizinhança. Contudo, com o início da Ocupação, esse problema acabou. Segundo o líder Maicon, " (...) quando eles se mudaram pra lá ocorreu uma aceitação por parte da vizinhança devido a segurança que eles traziam para aquele local" ³

Ao longo da pesquisa, percebemos que nessa ocupação existe uma rotatividade maior que nas outras duas, pois eles têm a política de aceitar novas pessoas. A maioria dos moradores possui uma segunda residência, devido ao medo de não conseguirem definitivamente a posse da terra. Essa Ocupação possui uma boa organização, e todos têm que cumprir as regras bem definidas, que incluem distribuição de tarefas, horário definidos para almoço, jantar, cuidados com os espaços coletivos (horta, quintal, etc.), entre outras.

Uma das dificuldades da Ocupação é a questão da energia elétrica, pois devido às dificuldades financeiras, eles utilizaram precariamente fios de telefone na rede elétrica, inadequados para essa função. A solução para evitar sobrecarga na rede da comunidade, foi construir cozinha e o banheiros comunitários. O objetivo imediato da Ocupação é garantir a posse definitiva da terra, que aparentemente é uma terra improdutiva, mas que é reivindicação pela empresa Tupi e sua subsidiária, a empresa MAPE.

² Entrevista realizadas em 10/10/2022.

³ A entrevista foi dividida em duas partes, a primeira realizada no dia 10/10/2022 somente com o Maicon Quintanilha Diniz e a segunda ocorreu com ambos os líderes Bianca Custódio de Carvalho e Maicon Quintanilha Diniz. Durante as entrevistas conversamos com mais de 7 pessoas que foram entrevistadas e todos viviam na ocupação, seus nomes não foram mencionados devido aos direitos de utilização de voz e imagem.

Os coordenadores da Ocupação nos informaram que a MAPE exige o despejo da Ocupação pois planeja construir um condomínio residencial na área, mas segundo os coordenadores, esse condomínio na verdade, se for construído, ficará fora dos limites ocupação.

Em nossa pesquisa pudemos levantar que a maioria dos homens trabalha como autônomos, incluindo funções como pedreiros, ajudantes de obras, catadores de recicláveis e a maioria das mulheres, devido à baixa escolaridade e problemas de saúde, não trabalha fora. Sobre a segurança dos seus filhos, a maioria das mães afirmaram que se sentem mais seguras na Ocupação do que onde viviam anteriormente. Uma das prioridades da liderança era garantir o acesso educação e à saúde, e para tanto se organizaram para garantir vagas na escola do bairro e cadastramento na UBS Padre Josimo.

Tivemos a oportunidade de conversar com a maioria dos moradores e quando questionados sobre como era participar dessa ocupação, a resposta foi a mesma: eles se sentem felizes e seguros de estar lá, independente de todas as adversidades, como intempéries (frio, chuva, calor etc.), risco de animais peçonhentos e sobretudo, o medo de serem expulsos a qualquer momento. Questionados sobre o futuro, a resposta foi unânime também, eles só desejam chamar aquela terra de “minha”, ou seja garantir a posse das terras que moram.

7 OCUPAÇÃO 9 DE NOVEMBRO

A Ocupação 9 de Novembro é a mais antiga das que pesquisamos, com idade de 13 anos⁴, ela iniciou sua luta em meados de 2009, com a coordenação de Maria de Lourdes Lopes, conhecida como Lurdinha⁵, importante liderança popular de Volta Redonda, que morava na cidade e era militante do MNLM, Movimento Nacional de Luta por Moradia. Nessa época, Lurdinha, sensível a situação de vários moradores que não possuíam casa no bairro em que morava, organizou uma ocupação nos arredores da linha férrea, próximo ao viaduto Nelson Gonçalves, no bairro Santo Agostinho, pertencente a União.

Segundo Paulo Lopes Ribeiro⁵, conhecido como Paulinho, líder da Ocupação, tão logo ocuparam essa terra, o prefeito Antônio Francisco Neto, se recusou a reconhecer a Ocupação, mas Lurdinha, a partir de contato com a SPU (Secretaria do Patrimônio da União) conseguiu o direito de uso da terra em caráter social. Mesmo com esse direito de uso assegurado, o prefeito Neto tentou intervir, acionando a Polícia e a Guarda Municipal para retirar os moradores. Paulinho afirma que houve muito terror

⁴ A entrevista ocorreu no dia 27/11/2022

⁵ Maria de Lourdes Lopes, mas conhecida como Lurdinha, iniciou a ocupação 9 de Novembro, contudo hoje não está mais à frente da mesma devido a problemas de saúde e a participação de outros movimentos por luta de terra no centro do Rio De Janeiro.

psicológico em cima dos ocupantes, contudo a SPU impediu qualquer tentativa de despejo pois essa terra não pertence ao Município, mas a União. O prefeito foi obrigado a retirar as forças policiais e o episódio se tornou uma vitória para os participantes da ocupação.

Com a cessão da terra, vieram inúmeros protocolos, um deles foi assegurar que o local não viraria uma favela. Contudo isso criou uma problemática, pois a principal função de uma ocupação é disponibilizar um pedaço de terra para que aquela pessoa construa algum tipo de moradia, inviabilizando assim para os ocupantes a ideia de entrar no terreno e morar.

Inicialmente a Ocupação possui 114 famílias cadastradas, mas infelizmente a área ocupada não abrigaria todos. Para contornar esse problema, os participantes da Ocupação decidiram ingressar no programa “Minha Casa, Minha Vida”. Mesmo não sendo está a ideia inicial, entretanto foi a forma encontrada pela coordenação para atender todas as famílias cadastradas.

Com o passar dos anos, devido as dificuldades enfrentadas pelos moradores, e sobretudo pelo descaso dos governos municipal e federal, que não se mobilizaram para atender as demandas da Ocupação, muitas famílias foram desistindo, restando 76 famílias, que ainda permaneciam na Ocupação. Esse número de famílias ainda é superior ao que pode ser alocado no terreno ocupado e para resolver essa questão, a coordenação da Ocupação apresentou uma proposta de construir um prédio, que abrigaria mais famílias.

Essa construção seria financiada pela CAIXA através de um projeto social. Assim foi elaborado um projeto que atenderia as 76 famílias, mas esse projeto já vem se arrastando a anos, devido a exigências técnicas, financeiras e burocráticas da CAIXA, retardando todo o processo.

A ocupação se mobilizou e com ajuda de organizações do movimento popular, arquitetos e outros profissionais, que elaboraram um projeto arrojado, com espaço de lazer para crianças e idosos, espaços culturais como o CRIA’RTE, e um centro de memória, nomeado Centro de Memória Waldyr Calheiros. Incluía ainda a criação de um Buffet Comunitário, gerenciado pelos próprios moradores, que seria fonte de geração de renda.

O projeto foi muito bem planejado, mas demorou cerca de 9 anos para ser aprovado, e quando finalmente a CAIXA o aprovou, eles perceberam que não seria possível construir o empreendimento pois os custos haviam aumentado excessivamente nos últimos anos. Por fim, após as posses do novo governo federal, em 2019, os recursos do programa Minha Casa, Minha Vida, foram congelados e todo o projeto foi interrompido.

Hoje, depois de 13 anos de luta, existem 14 famílias que ainda aguardam o apartamento prometido e nem todas residem no local. Após tanto tempo a PGR- a Procuradora Geral da República

solicitou novamente o projeto, pois o antigo ainda possuía 76 famílias e infelizmente, no decorrer do processo, muitas pessoas faleceram. A ocupação refez o projeto, mas ainda não tiveram retorno algum. Aguardam que o novo governo federal, que tomará posse em janeiro de 2023, retome as negociações.

A Ocupação 9 de Novembro sobrevive. Devido a tantos impedimentos, eles decidiram dividir a terra entre as 14 famílias remanescentes e retomaram a ocupação, com o pedido para que os ocupantes voltassem a morar no local. Essa Ocupação, que surgiu como uma alternativa para que pessoas comuns pudessem ter uma moradia digna, e que conseguiu uma grande vitória, o uso da terra, infelizmente acabou sendo sufocada pelo poder público municipal e federal. Um movimento, que seria até então inédito na região, hoje ainda existe a luta para garantir o acesso à terra e a moradia, em um país recordista em concentração de terra e aguardam que essa terra seja dividida, e tenha finalmente o seu valor social respeitado.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

"O direito à cidade representa, acima de tudo, pensar uma cidade democrática, uma cidade que rompa as suas amarras com o passado." (JACOBI, 1986, p. 23-25). A cidade de Volta Redonda, desde sua fundação, nos anos de 1940, viveu um intenso processo de crescimento urbano, constituindo-se atualmente como um dos municípios mais desenvolvivos economicamente do estado do Rio de Janeiro, porém esse processo foi extremamente excludente, gerando um déficit habitacional que se agrava continuamente na atualidade.

As ocupações analisadas nesse artigo lutam pelo direito de seus moradores de terem uma moradia e vida dignas, com condições adequadas de saúde, educação, trabalho, cultura, etc. Em nossas pesquisas e entrevistas, identificamos essa vontade e ao mesmo tempo um sentimento de insegurança em ter esses direitos assegurados, agravado pela dificuldade de conseguir legitimidade e apoio político para sua causa. Por conta disso essas famílias vivem com um sentimento acirrado de não pertencimento e de ameaça de despejo constante, que foi temporariamente resguardados durante a pandemia, haja vista que a Lei do Despejo Zero 14.216/2021, proibiu o despejo e desocupações de imóveis em questões de extrema vulnerabilidade durante o período pandêmico.

Pressionar os poderes públicos diariamente vem sendo a forma mais concreta que eles vêm encontrando de agilizar todo o processo de liberação das terras para seu principal propósito que é, ter enfim seu pedaço de terra e chamá-lo de seu. Dedicamos a pesquisa não somente a essas famílias, mas a todos que não estão aqui hoje, em especial a tia Helena e ao Manel, que participaram ativamente dos movimentos da Paz e 9 de novembro respectivamente e que dão forças até hoje aos seus participantes.

9 ANEXOS

Foto '1': Ocupação da Paz. Arquivo particular de Larissa Cristina da Silva Cruz



Fonte: Os autores, 2022.

Foto '2': Delimitação do terreno, a área um pouco acima do Saae é a qual a ocupação se encontra. Arquivo particular de Larissa Cristina da Silva Cruz



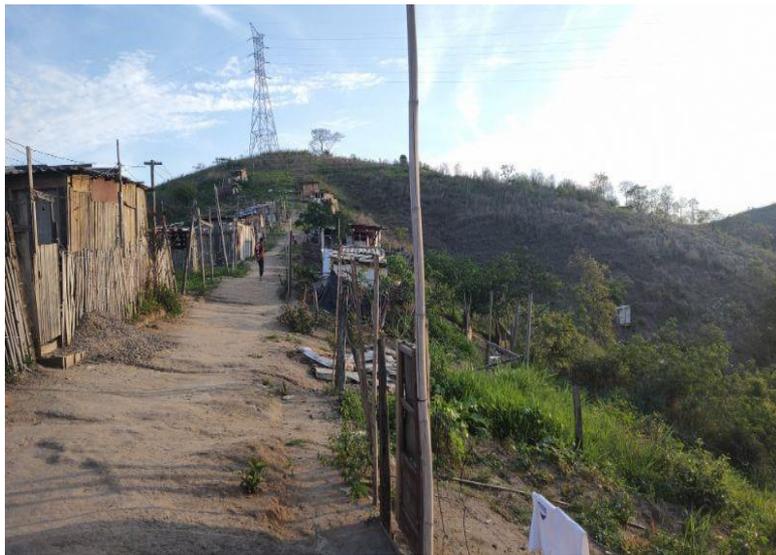
Fonte: Os autores, 2022.

Foto '3': Ocupação Reflexo Do Amanhã. Arquivo particular de Larissa Cristina da Silva Cruz



Fonte: Os autores, 2022

Foto '4' Retrata o caminho principal da ocupação. Arquivo particular de Larissa Cristina da Silva Cruz



Fonte: Os autores, 2022

Foto '5': Casa principal da ocupação 9 de Novembro, segundo o líder Paulinho, "Essa mangueira não dá manga, mas da sombra para a articulação do movimento".



Fonte: Os autores, 2022

Foto '6': Casa principal e estrutura para posteriores no terreno da Ocupação 9 de Novembro.



Fonte: Os autores, 2022

REFERÊNCIAS

AMANAJÁS, Roberta; KLUG, Letícia Becalli. **Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana**. 2018.

BRASIL. **LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. [...]. Brasília, DF, [2009]. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm > Acesso em: 02 jun. 2022.

CALIFE, Magali Nogueira. **Volta Redonda-CSN: Um Espaço Dual**, ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

COSTA LIMA, Raphael Jonathas. **CSN e Volta Redonda: uma relação histórica de dependência e controle**. Política & Sociedade (Impresso), v. 12, p. 4164, 2014.

_____. **Novas e velhas questões: revisando a historiografia a sobre Volta Redonda (RJ)**. História Unisinos 14(1):77-87, janeiro/Abril 2010.

DIAS, Maria Tereza Fonseca; CALIXTO, Juliano dos Santos (Orgs.). **As ocupações urbanas e o direito fundamental à moradia adequada na Região Metropolitana de Belo Horizonte** -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

FRANCO, Douglas Vinicius. **Company town e especulação imobiliária: um estudo de caso no município de Volta Redonda - RJ**. Revista Eletrônica de Ciência Política v. 9, n. 2 (2018), 102-121

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. **Os movimentos sociais e a luta pelo direito à cidade no Brasil contemporâneo**. Serviço Social & Sociedade, p. 721-745, 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola, São Paulo: 1997

INSTITUTO POLIS. **O que é direito à cidade?** Página inicial. Disponível em < <https://polis.org.br/direito-a-cidade/o-que-e-direito-a-cidade/> > Acesso em: 05 de jun. de 2022.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5ª Edição – 2008 – 2ª Reimpressão – 3ª Reimpressão – 2011. Centauro Editora. São Paulo, 2001.

LEI ORGÂNICA. Volta Redonda, 5 abr. 1990. Disponível em: <https://www.voltaredonda.rj.leg.br/leis/leis/lei-organica/LEI_ORGANICA.pdf > Acesso em: 9 dez. 2022.

MARTINS RODRIGUES, Alex. **Ocupação comunitária Dom Waldyr Calheiros**. Simpósio UGB, fev.

2019. ISSN 2317-5974. Disponível em: <
<http://revista.ugb.edu.br/ojs302/index.php/simposio/article/view/1167>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

MOREL, Regina Lúcia de Moraes. **A ferro e fogo. Construção e crise da “família siderúrgica”: o caso de Volta Redonda (1941-1968)**. São Paulo: Tese de Doutorado apresentada junto ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, 1989.

SANTOS, Valéria Braga. **CSN e Volta Redonda: planejamento urbano e regional numa perspectiva histórica**. SIMPOSIO LATINOAMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. 2020

SOUZA, Cláudia Virginia Cabral de. **Pelo espaço da cidade: aspectos da vida e do conflito urbano em Volta Redonda**. [sl] 1992. 311 f. 1992. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVA, Eduardo Ângelo da. **“Arigós” e “peões” na “Cidade do Aço”: experiências urbanas e fabris, cultura e identidades de classe (Volta Redonda- RJ, 1970-1980)**. 2010. 125p. Dissertação (Mestre em História). Instituto Multidisciplinar Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010.

_____. **Conexões urbanas e fabris: experiências, cultura e identidades de classe (Volta Redonda-RJ, 1970-1980)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011

_____. **Industrialização, relações de classe e participação política: da criação da CSN à emancipação de Volta Redonda (1941-1954)**. 2010. 162p Dissertação (Mestre em História). Instituto Multidisciplinar Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010.

SOARES, Paulo Célio. **Encontros e confrontos na frágua: Igreja, esquerdas e militares em Volta Redonda (1967-1979)**. 2019. 301p. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019